



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA KEYCONET PARA  
REFORÇAR O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS  
ESSENCIAIS NA POLÍTICA E NA PRÁTICA

## SUMÁRIO EXECUTIVO

# INTRODUÇÃO

O Quadro de Referência Europeu das Competências Essenciais foi definido nas Recomendações sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida<sup>1</sup> adotadas pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu em dezembro de 2006. O quadro identifica oito competências essenciais e vários tópicos transversais – que combinam conhecimentos, aptidões e atitudes – considerados necessários à realização e desenvolvimento pessoais, à educação cívica ativa, à cidadania, à inclusão social e ao emprego no século XXI.

O quadro de competências essenciais, colocando a ênfase na aplicação dos conhecimentos a situações do mundo real, representa um desvio significativo das abordagens “tradicionais” baseadas em conteúdos, em que as disciplinas são ensinadas e avaliadas separadamente. Estas profundas mudanças na prática da sala de aula exigem políticas abrangentes e coerentes aos níveis nacional, regional, local e escolar, investimentos em recursos e apoios humanos e materiais e tempo para que os professores alterem mentalidades e desenvolvam novas abordagens e práticas pedagógicas. A Comissão Europeia tem um papel fundamental a desempenhar no apoio ao processo de mudança, assim como na promoção da aprendizagem internacional interpares.

A Rede Europeia de Políticas sobre as Competências Essenciais na Educação Escolar (KeyCoNet) foi lançada em 2012 com o objetivo de analisar e proceder ao levantamento das estratégias emergentes em termos de

implementação das competências essenciais na educação em toda a Europa e de desenvolver recomendações no sentido de fortalecer as políticas e as práticas em diferentes contextos nacionais. O presente documento constitui o Resumo do relatório que expõe as recomendações finais da Rede. Baseia-se em dados concretos recolhidos através de análises da literatura, panorâmicas nacionais, casos de estudo, visitas de aprendizagem interpares, consultas com especialistas nacionais e uma auscultação pública internacional em linha que recolheu as opiniões dos parceiros educativos.

O relatório contém um breve resumo da abordagem às competências essenciais e das suas implicações para o ensino, para a aprendizagem e para a avaliação e apresenta a situação atual em termos de políticas e implementação, bem como recomendações para aprofundar e sustentar a educação baseada em competências, em que já se registaram progressos importantes, e para ampliar as reformas em matéria de competências essenciais em variados contextos nacionais e locais. Estão igualmente incluídas recomendações no plano europeu.



**Autores:** Janet Looney, Alain Michel (European Institute of Education and Social Policy)

**Editado por:** Caroline Kearney (European Schoolnet)

**Publicado por:** European Schoolnet, Rue de Trèves 61, B-1040 Brussels  
[www.europeanschoolnet.org](http://www.europeanschoolnet.org)

**Data de publicação:** novembro de 2014



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença da Creative Commons Atribuição Não Comercial-Partilha 3.0 Licença Não Adaptada (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>)

<sup>1</sup> Recomendações do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2006 sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida (2006/962/CE), Jornal Oficial da União Europeia, 30.12.2006.

## ENQUADRAMENTOS POLÍTICOS

Embora nenhum país tenha transitado completamente para a educação baseada em competências, diversos países parceiros da rede KeyCoNet realizaram progressos significativos. Estas estratégias incluíram:

- **Quadros jurídicos para as competências essenciais** – A legislação e decretos ou despachos especiais poderão assegurar uma alta visibilidade para as competências essenciais e ajudar a clarificar as prioridades governamentais na educação.
- **Novos quadros curriculares baseados em competências** – A maioria dos países especificou as competências essenciais no âmbito de um quadro transdisciplinar, enquanto outros acrescentaram competências a áreas específicas dos currículos existentes. As diferentes abordagens refletem ideias políticas dominantes sobre educação, bem como tradições educativas consagradas.
- **Parcerias novas e inovadoras, projetos-piloto** – Um conjunto de ministérios nacionais, fundações privadas, associações e grupos sem fins lucrativos, lançou diversos projetos e iniciativas inovadores a fim de testar novos métodos de ensino e avaliação em uma ou mais áreas das competências essenciais. Em vários casos, a colaboração com parceiros internos e externos aos sistemas educativos foi vital para as abordagens baseadas em competências.
- **Financiamento exclusivo** – O financiamento exclusivo à conceção de novos projetos, ao desenvolvimento profissional de professores e aos recursos materiais necessários foi fundamental para o sucesso destas iniciativas. Os Fundos Sociais Europeus apoiaram o desenvolvimento de iniciativas

relativas às competências essenciais em vários países. A insuficiência dos financiamentos foi referida como uma barreira importante à mudança.

- **Reforço de capacidades** – O desenvolvimento profissional foi absolutamente fundamental para que os professores integrassem novas práticas de ensino e avaliação. Uma outra forma de apoiar os professores na mudança das suas práticas consistiu em linhas de orientação, ferramentas e modelos desenvolvidos centralmente. Os professores beneficiaram com as reações e opiniões sobre a sua prática. Os dirigentes e inspetores escolares beneficiaram igualmente com ações relevantes de desenvolvimento profissional.
- **Monitorização e avaliação de novas iniciativas** – Cada uma das iniciativas descritas nos casos de estudo da KeyCoNet incluiu a avaliação da sua implementação e impacto. Tiveram igual importância os indicadores de impacto positivo sobre o ensino-aprendizagem para a sustentação das iniciativas e a obtenção de financiamento.

Os casos de estudo da KeyCoNet e a auscultação pública internacional em linha realçam a importância destas estratégias no apoio às escolas para que introduzam currículos sobre as competências essenciais. Realçam ainda a importância de uma liderança escolar eficaz. Os dirigentes escolares de sucesso comunicaram os objetivos das reformas em matéria de competências essenciais e destacam a sua importância para os planos escolares. Criaram também ligações diretas às empresas e às comunidades culturais. Os professores envolveram-se em cada uma das fases do processo de mudança e tiveram oportunidades de formação e aprendizagem inter pares.

## AUSCULTAÇÃO PÚBLICA EM LINHA DA KEYCONET

PERFIL DOS  
INQUIRIDOS

5,615 inquiridos de 29 países, incluindo:



Como esta auscultação não se baseia num método de amostragem aleatória, deve ser tido em conta o viés de autosseleção dos inquiridos. Deve igualmente notar-se que o número de inquiridos difere de país para país.

## PROGRESSO NA DEFINIÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Segundo os  
**PROFESSORES**



**86%**

referiram que as competências essenciais estão definidas nas suas diretrizes curriculares nacionais

**66%**

referiram que também estão integradas nas suas diretrizes curriculares nacionais

Segundo os  
**DIRETORES ESCOLARES**



**91%**

referiram que as competências essenciais estão definidas nas suas diretrizes curriculares nacionais

**73%**

referiram que também estão integradas nas suas diretrizes curriculares nacionais

## SÃO NECESSÁRIAS MELHORIAS EM TERMOS DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Segundo os  
**PROFESSORES**



**36%**

acreditam que a colaboração e a criação de redes foram usadas como meio de desenvolvimento profissional

**18%**

referiram que a sua escola havia criado ligações com a comunidade em geral para facilitar a implementação das competências essenciais

Segundo os  
**ALUNOS**



**65%**

referiram que os seus professores tinham explicado a finalidade e os objetivos das competências essenciais

Segundo os  
**ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO**



**21%**

indicaram que haviam participado em discussões sobre o ensino das competências essenciais.

## RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO PÚBLICA INTERNACIONAL EM LINHA

Mais de 5600 indivíduos de 29 países<sup>2</sup> responderam ao inquérito público internacional, incluindo 3451 professores, 468 diretores, 768 alunos, 652 encarregados de educação e 276 parceiros de outro tipo (incluindo, por exemplo, representantes de ministérios, universidades, organizações de formação de formadores, inspeções-gerais, organizações não-governamentais, etc.). Como esta auscultação não se baseia num método de amostragem aleatória, deve ser tido em conta o viés de autosseleção dos inquiridos. Deve ainda notar-se que o número de inquiridos ao nível dos países é irregular, havendo uma representação mais significativa de alguns países (Roménia, Espanha, Portugal, Polónia e França). No entanto, as respostas evidenciam um conjunto de pontos de vista dos parceiros e fornecem contributos importantes para as políticas e para as práticas.

Uma maioria significativa de professores e diretores, a todos os níveis e na maioria dos países, concorda que as competências essenciais estão definidas e integradas nas respetivas diretrizes curriculares nacionais. Tanto os diretores, como os professores indicam que adotaram uma abordagem estratégica à implementação das competências essenciais no currículo escolar, incluindo o desenvolvimento profissional dos professores (58%), a tomada em consideração das competências essenciais nos planos de desenvolvimento escolar (50%) e a formação nas TIC (50%).

Registam-se também sinais de progresso em termos de mudança das práticas na sala de aula. Os alunos inquiridos indicaram que o ensino que incorpora debates e diálogo abertos na aula (65%), trabalho de projeto (63%), aprendizagem baseada em jogos (48%) e outros métodos considerados mais inovadores, foi útil para assimilar as competências essenciais. 59% dos alunos responderam que todos os seus professores tinham avaliado as suas competências essenciais. 38% referiram que alguns dos seus professores, mas não todos, tinham avaliado as competências essenciais.



## RECOMENDAÇÕES

Os casos de estudo e a auscultação pública internacional em linha assinalam igualmente áreas em que se pode ir mais longe para promover a implementação das competências essenciais. As recomendações seguidamente descritas sugerem formas de os decisores políticos e os parceiros escolares fomentarem reformas em matéria de competências essenciais.

Os países encontram-se em fases muito diferentes em termos de integração das competências essenciais nos currículos, do envolvimento dos parceiros e do investimento nas capacidades dos professores e das escolas. A implementação é igualmente influenciada por fatores como as prioridades políticas e estratégicas atuais, as restrições de recursos e os contextos históricos e institucionais. As escolas individuais funcionam de formas muito distintas. As recomendações aqui consignadas reconhecem a diversidade dos contextos e os diferentes ritmos de progresso nos países, nas regiões e nas escolas. Deste modo, referem-se em primeiro lugar ao plano nacional/regional e às escolas em que já se registaram progressos visíveis na introdução das competências essenciais, mas é necessário ir mais longe para aprofundar e sustentar estas reformas. Um segundo conjunto de recomendações aborda os desafios na ampliação das reformas e é de especial relevância para os sistemas educativos e/ou para as escolas numa fase de desenvolvimento inicial.

Os dois conjuntos de recomendações são relevantes para todos os países/regiões e para todas as escolas. Não se pode afirmar que todos os países tenham alcançado a sustentabilidade destas mudanças políticas ainda recentes, do mesmo modo que nenhum país fortaleceu políticas em todas as áreas curriculares ou para todos os níveis de ensino. As recomendações para todos os níveis (países/regiões e escolas) baseiam-se em princípios generalizados que podem ser adaptados (ao invés de replicados) em contextos muito diferentes.

O conjunto de recomendações final identifica estratégias a nível europeu para apoiar a reforma em curso em matéria de competências essenciais.

Contudo, os inquiridos referiram desafios não resolvidos. A maioria indicou uma necessidade de maior colaboração no seio da escola e fora dela (só 36% dos professores pensam que a colaboração e a criação de redes foram utilizadas como um meio de desenvolvimento profissional; 18% dos professores referiram que a sua escola havia criado ligações com a comunidade em geral para facilitar a implementação das competências essenciais). Os professores e os encarregados de educação desejam melhorar a cooperação entre as escolas e as famílias. Estes dois grupos de intervenientes indicaram um claro interesse em melhorar o envolvimento com as empresas e os dirigentes comunitários.

Existe ainda margem para a melhoria da comunicação. 65% dos alunos referiram que os seus professores haviam explicado a finalidade e os objetivos das competências essenciais, sendo que estas abordagens não foram explicadas a uma minoria significativa. Apenas 21% dos encarregados de educação indicaram que haviam participado em discussões sobre o ensino das competências essenciais.

## APROFUNDAR E SUSTENTAR AS REFORMAS

Os países introduziram novas políticas e quadros curriculares e prestaram apoio a iniciativas-piloto inovadoras para testar novas abordagens ao ensino, à aprendizagem e à avaliação. Será agora importante desenvolver estratégias para aprofundar e sustentar as reformas ao nível das políticas e nas escolas.

Ao **NÍVEL DAS POLÍTICAS**, poderá ser importante que os decisores políticos nacionais/regionais:

- **Clarifiquem melhor os objetivos, aprofundem as reformas curriculares** – Os parceiros indicaram uma necessidade de maior clareza através de um vocabulário mais preciso sobre as competências essenciais, assim como de objetivos curriculares gerais e materiais de apoio mais claros. As expectativas respeitantes à aquisição e desenvolvimento das competências essenciais devem ser claras e definidas a níveis adequados para aprendentes de idades e em fases diferentes.

Em alguns casos, a ênfase foi colocada na introdução das competências essenciais através de iniciativas extracurriculares e não dos currículos básicos. Contudo, os decisores políticos devem também considerar abordagens estratégicas à mudança sistémica. Os currículos devem também ser suficientemente flexíveis para incluir outras competências que não fazem atualmente parte do quadro de referência europeu. As reformas curriculares futuras devem centrar-se nas prioridades de aprendizagem a fim de dar tempo à aprendizagem no âmbito da abordagem baseada em competências.

- **Desenvolver quadros de avaliação coerentes** – São necessárias novas ferramentas e critérios para ajudar os professores a avaliar as competências - tanto para fins sumativos, como formativos. As avaliações formativas na sala de aula dão ênfase ao questionamento aprofundado e a diálogos alargados, à autoavaliação e à avaliação pelos pares, bem como ao feedback e à orientação com vista à melhoria. As abordagens inovadoras à avaliação sumativa, tais como as avaliações de portefólios ou as avaliações baseadas nas TIC, permitem que os alunos demonstrem competências complexas e processos de raciocínio. Múltiplas medições da consecução escolar e individual ao longo do tempo oferecem uma visão mais correta do desempenho geral.

Os quadros gerais de avaliação incluem igualmente a autoavaliação e a inspeção das escolas. Embora nem todos os países exijam que as escolas procedam à autoavaliação, esta abordagem poderá ajudar as escolas a monitorizar e adaptar a implementação das reformas em matéria de competências essenciais. As inspeções-gerais escolares são comuns na generalidade dos países. Torna-se necessário formar os inspetores para que se certifiquem de que as suas avaliações estão corretamente harmonizadas e para que possam apoiar a implementação das competências essenciais nas escolas.



<sup>2</sup> Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia.



- **Apoiar os professores** – Uma vez que os professores desempenham o papel mais crucial na implementação das competências essenciais, deve constituir uma prioridade dotá-los de recursos para o seu desenvolvimento profissional contínuo. Os professores devem também ser considerados partes interessadas importantes e incluídos na formulação, monitorização e avaliação das reformas políticas e curriculares em curso.

A formação inicial de professores necessita de ser reformada a fim de se harmonizar com o ensino das competências essenciais, mas por uma diversidade de motivos as reformas da formação de professores registam atrasos. Esta deve constituir uma prioridade perante os esforços dos países para aprofundar e sustentar as reformas em matéria de competências essenciais.

Visto que as tecnologias desempenham um papel cada vez mais importante e útil na educação, a formação de professores relacionada com a integração das TIC deve abordar aprofundadamente os aspetos técnicos e pedagógicos.

- **Abrir oportunidades para a criação de redes e a colaboração** – A organização tradicional das escolas tem significado que os professores trabalham muitas vezes isolados nas suas salas de aula e têm poucas oportunidades para trocar ideias e perceções. As redes de professores, quer em linha quer presenciais, podem apoiar a aprendizagem interpares e estimular a inovação.

A colaboração com parceiros externos aos sistemas escolares é igualmente fundamental para assegurar que o ensino-aprendizagem reflita os desafios do “mundo real” e combine a aprendizagem formal, não formal e informal. A colaboração com os investigadores é igualmente importante.

- **Fortalecer o apoio político** – As estratégias para fortalecer o apoio político e a sustentabilidade poderão envolver a obtenção do apoio alargado dos parceiros, incluindo os encarregados de educação, as comunidades empresariais e culturais e os sindicatos de professores. Serão cruciais os indicadores do impacto das abordagens às competências essenciais para sustentar o apoio às políticas.
- **Investir estrategicamente** – As reformas em matéria de competências essenciais implicam investimentos em recursos humanos e materiais. A formação de pessoal de base, que partilha subsequentemente a sua experiência com outros colegas, pode ser uma forma inteligente de utilizar os recursos e ainda de reforçar a aprendizagem entre esse núcleo.

A renovação e possivelmente a remodelação das instalações escolares envolvem despesas significativas e têm de ser planificadas a longo prazo. Embora as escolas trabalhem permanentemente para acompanhar as necessidades em termos de TIC, alguns países têm conseguido conter as despesas através da adoção de políticas de utilização de dispositivos próprios (BYOD). No entanto, estas políticas têm de ser experimentadas e testadas em diferentes comunidades, uma vez que a disponibilidade e a capacidade dos encarregados de educação para investir em dispositivos móveis, como smartphones, tablets ou computadores portáteis, diferem – criando assim desigualdades potenciais no sistema escolar.

A fim de aprofundar e sustentar as competências essenciais ao **NÍVEL ESCOLAR**, poderá ser importante:

- **Dar tempo para que os professores desenvolvam e aprofundem a sua prática** – Muitos professores estão habituados a privilegiar o ensino centrado nos conteúdos numa única área disciplinar. Poderão necessitar de tempo para alterar as suas perceções sobre o valor das abordagens baseadas em competências. Necessitam também de tempo para desenvolver o seu próprio entendimento das competências essenciais e para integrar novos métodos, como a aprendizagem baseada em projetos e avaliações relevantes. Do mesmo modo, novas formas de relacionamento com os alunos, os encarregados de educação e outros parceiros requerem tempo.
- **Modificar os ambientes de aprendizagem para melhor apoiar a aprendizagem interdisciplinar e baseada em projetos** – Até certo ponto, os ambientes da sala de aula podem ser facilmente modificados para apoiar o trabalho e a investigação colaborativos ou horários escolares diferentes. Mas poderão ser necessários investimentos a longo prazo em novas tecnologias ou na remodelação de instalações.
- **Melhorar as comunicações sobre os objetivos para criar um apoio mais amplo** – Os processos participativos que associam os parceiros principais (professores, alunos, encarregados de educação, dirigentes comunitários e empresariais) devem continuar numa base regular para assegurar o apoio continuado e recolher opiniões sobre o modo como as abordagens devem evoluir. A criação de redes e a colaboração entre os professores e com as comunidades locais são igualmente vitais para sustentar as reformas escolares.
- **Destacar as competências essenciais como uma prioridade nos planos escolares** – Os planos escolares definem prioridades e intenções e apresentam um método de aferir o progresso e identificar áreas carentes de melhorias. Estes planos devem ainda refletir as opiniões dos professores, dos alunos e dos encarregados de educação sobre a implementação das competências essenciais.
- **Monitorizar e avaliar a nível escolar** – Os dados qualitativos e quantitativos sobre o desempenho dos alunos e das escolas ajudarão os dirigentes escolares a identificar o que funciona bem e onde poderão ser necessários ajustamentos.





## AMPLIAR AS REFORMAS

Os países que realizaram alguns progressos, além de aprofundarem e sustentarem a prática, considerarão também a ampliação das reformas na generalidade das escolas e dos currículos. Os decisores políticos e os dirigentes escolares que estão hoje a introduzir reformas em matéria de competências essenciais terão a vantagem de aprender com os inovadores que os precederam. Contudo, terão igualmente oportunidades e desafios únicos.

Ao **NÍVEL DAS POLÍTICAS**, poderá ser importante:

- **Participar em redes internacionais de definição de políticas** – As redes internacionais são fundamentais para a aprendizagem interpares a nível da definição de políticas e da construção de uma base de indicadores sobre o que funcionou, para quem e em que circunstâncias. Inevitavelmente, as políticas terão de ser adaptadas às condições locais. As redes devem, por conseguinte, identificar os princípios comuns que apoiem esforços de reforma eficazes, ao invés de procurar desenvolver uma receita para o sucesso.
- **Realizar investimentos estratégicos em recursos humanos e materiais** – Em muitos casos, os países e regiões que se encontram agora nas fases iniciais das reformas em matéria de competências essenciais têm menos recursos disponíveis. Terão de tomar decisões estratégicas sobre a forma de potenciar recursos limitados para o desenvolvimento profissional eficaz e para as reformas da formação inicial de professores. Os investimentos em materiais e modelos de formação de alta qualidade serão igualmente importantes.

As escolas que se encontram nas fases iniciais da integração das competências essenciais terão também oportunidades e desafios únicos.

Ao **NÍVEL ESCOLAR**, poderá ser importante:

- **Promover a aprendizagem interpares entre as escolas** – As escolas que se encontram agora nas fases iniciais de implementação de novos currículos e/ou novas iniciativas relacionados com as competências essenciais podem beneficiar das experiências de escolas que já experimentaram novas abordagens baseadas nas competências essenciais e aprender de que modo as mesmas implementaram o processo de mudança.
- **Combater os céuticos** – Em alguns casos, as escolas e os professores podem ter evitado adotar reformas porque sentem ceticismo em relação ao valor da abordagem às competências essenciais. Os dirigentes destas escolas enfrentam desafios acrescidos. Uma comunicação eficaz, incluindo oportunidades de diálogo e troca de opiniões, será crucial.

## RECOMENDAÇÕES À COMISSÃO EUROPEIA

Também a Comissão Europeia pode tomar diversas medidas para apoiar as reformas em matéria de competências essenciais.

Ao **NÍVEL EUROPEU**, poderá ser importante:

- **Apoiar atividades de criação de redes** – Devem ser apoiadas atividades de criação de redes para desenvolver as competências essenciais na medida em que estas atividades permitem o enriquecimento mútuo e o intercâmbio entre pares no que toca à experiência da implementação. Tais intercâmbios podem assentar na rede de parceiros estabelecida pela KeyCoNet.
- **Apoiar a aprendizagem interpares** – As atividades de geminação entre escolas relacionadas com o desenvolvimento das competências essenciais a nível europeu reforçaria as oportunidades de aprendizagem interpares.
- **Partilhar exemplos de boas práticas** – Os exemplos na Europa e noutros países devem basear-se num conjunto claro de critérios relativos a boas práticas. Isto é importante para cada uma das oito competências essenciais, mas deve ser dada uma ênfase especial às boas práticas de ensino e avaliação das competências transversais pois trata-se de uma área em que os professores possuem formação e experiência mais limitadas e menos ferramentas. A Comissão poderá propor vídeos com exemplos de formação e avaliação eficazes no seu sítio web, juntamente com ferramentas de apoio que possam ser adaptadas a diferentes contextos. A sua disponibilidade deve ser amplamente divulgada.
- **Monitorizar o progresso ao longo do tempo** – Dado que as competências essenciais representam uma mudança profunda e fundamental para as políticas e práticas educativas, será importante monitorizar o progresso da implementação ao longo do tempo. Esta monitorização poderá envolver inquéritos internacionais periódicos aos parceiros (por exemplo, de três em três a cinco em cinco anos) e/ou estudos sobre aspetos específicos da implementação, como mudanças na formação inicial de professores. Estes estudos podem basear-se no trabalho inicial da KeyCoNet de levantamento das políticas e práticas em matéria de competências essenciais na Europa.
- **Planear necessidades futuras** – A política europeia respeitante às reformas em curso em matéria de competências essenciais deve associar-se a uma visão prospetiva, examinando a eficácia das competências atuais na preparação dos alunos e na identificação dos desafios e necessidades futuros.



## PARCEIROS KEYCONET



[www.bmukk.gv.at](http://www.bmukk.gv.at)



<http://www.ond.vlaanderen.be/wegwijs/AKOva>



<http://www.education.gouv.fr/>



<http://www.juntadeandalucia.es/>



<http://www.ncca.ie/>



<http://www.eitsa.ee/en/>



<http://ife.ens-lyon.fr/ife>



<http://www.eiesp.org>



[www.uned.es](http://www.uned.es)



<http://www.ie.uminho.pt/>



<http://www.ie.ul.pt>



<http://www.uv.uio.no/pfi/english/>



<http://www.cicero.fi>



<http://www.ja-ye.eu>



<https://www.jyu.fi/en/>



[education.gov.mt](http://education.gov.mt)

A KeyCoNet conta também com mais de cem **membros associados** que representam parceiros educativos de toda a Europa.



[www.keyconet.eun.org](http://www.keyconet.eun.org)



#Keyconet



Key Competence Network on School Education - KeyCoNet



O projeto KeyCoNet foi financiado com o apoio do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da Comissão Europeia. A responsabilidade por esta publicação cabe exclusivamente aos seus autores e a Comissão não assume qualquer responsabilidade pelo uso que possa ser dado às informações nela contidas.